

#### 4.4 - População e residência 1911 a 1930 - O papel crescente dos concelhos periféricos na descentralização residencial

##### 4.4.1- Características da distribuição da população

O período em análise constitui " uma época de transição no desenrolar do processo de evolução urbana e de estruturação territorial dos espaços periféricos em curso no Grande Porto. Transição, porque acentua a articulação destes com o centro urbano principal relativamente à situação evidenciada na viragem do século; transição, porque tal articulação se revela incompleta comparativamente com a que se irá desenvolver em períodos subsequentes"<sup>1</sup>.

Na verdade, o período histórico de 1911-1930 é marcado por uma grande perturbação política<sup>2</sup> com consequências significativas ao nível demográfico, social e económico.

Analisando os dados contidos no quadro 23, verifica-se, entre 1911-1920, um acréscimo pouco significativo da população, seguido de um acentuado crescimento demográfico nos anos 20.

O crescimento pouco significativo do primeiro período é devido quer à descida da natalidade associada à 1ª Guerra Mundial, quer à forte mortalidade ocorrida com a gripe pneumónica, associado, ainda, a um fluxo emigratório significativo<sup>3</sup>.

Refira-se que este crescimento mais lento se manifesta mais nos concelhos periféricos, o que contraria a tendência descentralizadora do período anterior. Nos anos 20, dá-se uma recuperação deste crescimento descentralizado já que os concelhos periféricos apresentam, então, um maior dinamismo demográfico relativamente à cidade do Porto.

Quanto à distribuição espacial deste crescimento ele não é uniforme em todos os concelhos. Entre 1911 e 1920, os concelhos de Gondomar, Maia e Valongo, apresentam acréscimos populacionais superiores ao verificado para o conjunto dos concelhos periféricos, respectivamente, 9,3%, 7,8% e 6,9%, enquanto que Matosinhos (2,9%) e Vila Nova de Gaia (1,1%) apresentam valores mais baixos.

---

<sup>1</sup> VÁZQUEZ, Isabel Breda, op. cit. p. 121.

<sup>2</sup> Implantação da República, 1ª Guerra Mundial e o golpe de Estado do 28 de Maio de 1926, que levou à implantação do Estado Novo.

<sup>3</sup> Ver a análise apresentada por EVANGELISTA, J. - *Um século de população portuguesa (1864-1960)*. Lisboa: INE - Centro de Estudos Demográficos, 1971.

Quadro 23 - Evolução e variação da população residente

	população 1911	população 1920	população 1930	Varição da Pop. 1911/1920 %	Varição da Pop. 1920/1930 %
Gondomar	38 251	41 818	49 758	9,3	18,9
Maia	24 230	26 112	29 536	7,8	13,1
Matosinhos	33 914	34 884	50 962	2,9	46,1
Valongo	13 811	14 763	17 239	6,9	16,8
V.N. de Gaia	84 994	85 900	102 950	1,1	19,8
Conc. Periféricos	195 200	203 477	250 445	4,2	23,1
Porto	191 890	202 310	229 794	5,4	13,6
Grande Porto	387 090	405 787	480 239	4,8	18,3

Fonte: INE, Recenseamentos da População, 1911, 1920 e 1930.

Entre 1920 e 1930, são estes dois últimos concelhos que apresentam os maiores acréscimos, destacando-se, particularmente, o de Matosinhos com um valor bastante superior ao do conjunto dos concelhos periféricos, praticamente o dobro (46,1%).

Analisando este crescimento demográfico ao nível das freguesias (fig.20), verifica-se que este, se concentra num conjunto relativamente pequeno de freguesias que atingem valores superiores ao do respectivo concelho:

- Fânzeres, Rio Tinto, Foz do Sousa, S. Pedro da Cova e Jovim, no concelho de Gondomar;
- Águas Santas, Maia, Vermoím, Gueifães, Milheirós e Nogueira, no concelho da Maia;
- Custóias, Guifões, Leça da Palmeira e Matosinhos, no concelho de Matosinhos;
- Ermesinde e Alfena, no concelho de Valongo;
- Canelas, Mafamude, Oliveira do Douro, Sta Marinha, Valadares e Vilar de Andorinho, no concelho de Vila Nova de Gaia.

Analisando a população por naturalidade (quadro 24) damos conta da ligeira diminuição dos movimentos migratórios no comportamento demográfico do Grande Porto, uma vez que se verifica, entre 1911 e 1920 um aumento significativo da população natural e um reduzido aumento da população não natural do Grande Porto.

Relativamente aos concelhos periféricos, a população deles natural mantém-se sensivelmente constante entre os anos referidos. No concelho do Porto a população dele natural aumenta ligeiramente, correspondendo a um acréscimo de 11%. Os concelhos da Maia, Gondomar e Valongo, apresentam um aumento quer da população natural, quer da não natural, o que explica o forte crescimento demográfico verificado nestes concelhos, como referimos anteriormente.

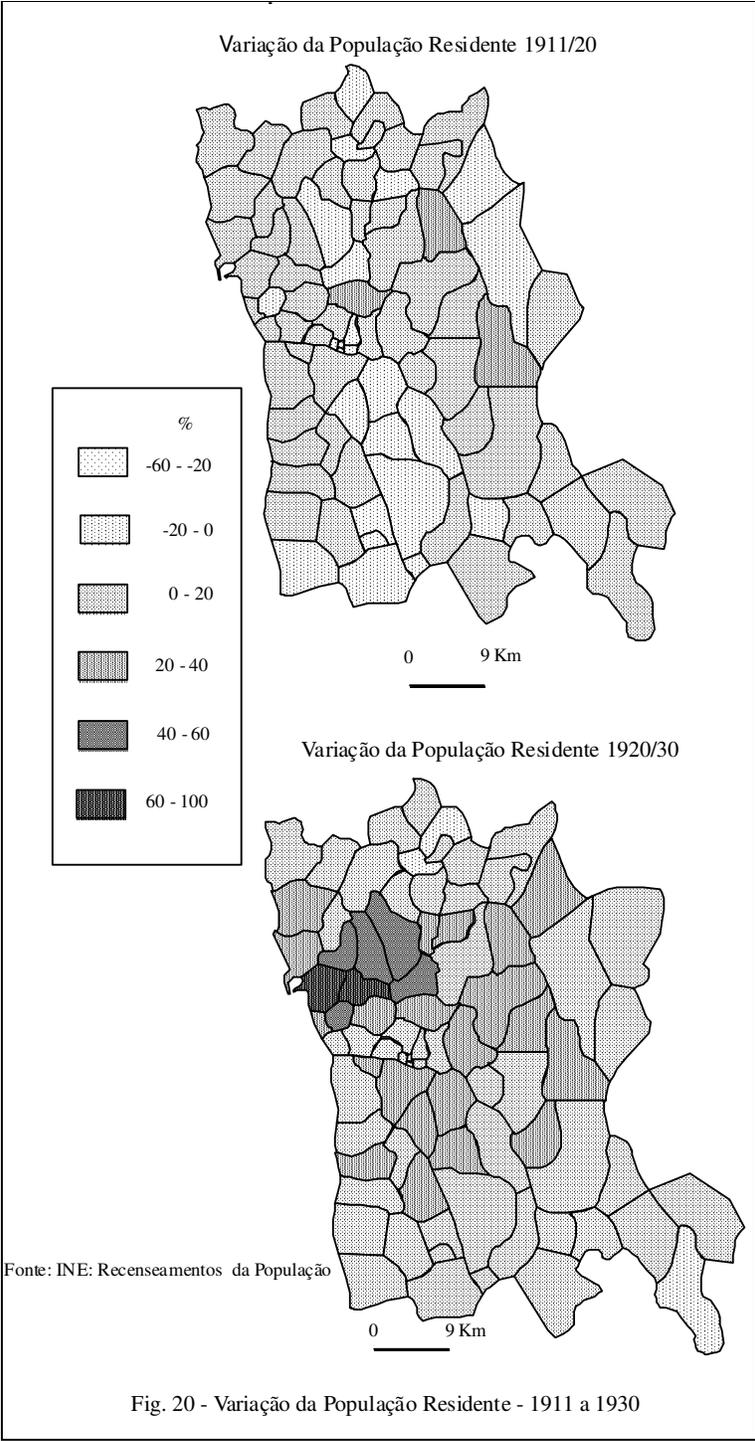
Analisando, a evolução da atracção e repulsão da população nos concelhos do Grande Porto, para o período de 1921 a 1930, calculados por Alarcão<sup>4</sup> (quadro 25), constatamos a capacidade atractiva desta área geográfica destacando-se, particularmente, os casos dos concelhos do Porto, Valongo, Vila Nova de Gaia e Matosinhos, que constituem espaços de acolhimento para a população imigrante.

Assim, e segundo a análise desenvolvida por este autor, o Grande Porto, juntamente com Lisboa, constituem os dois principais pólos de atracção das migrações internas que afectam a população continental, tomando a forma de êxodo rural e levando à concentração crescente da população nestas duas principais áreas urbanas do país.

Saliente-se que, no período em análise, continua-se a assistir à descentralização do crescimento demográfico, quer em direcção às freguesias dos concelhos periféricos, como referimos atrás, quer mesmo dentro da cidade, onde os aumentos demográficos são mais fortes nas freguesias mais periféricas (Campanhã, Paranhos, Ramalde, Aldoar e Nevogilde).

---

<sup>4</sup> ALARCÃO, Alberto de - *Êxodo rural e atracção urbana no Continente*. Análise Social, Lisboa. Vol. 7-8 (1969), Quadro13, p. 544.



Quadro 24 - População segundo a naturalidade, em 1911 e 1920

	1911			1920		
	População residente	Natural do próprio conc.	Natural de outro conc. ou outra naturalidade	População residente	Natural do próprio conc.	Natural de outro conc. ou outra naturalidade
Gondomar	38 251	33 489	4 355	41 818	36 845	4 512
%	100	87,5	11,3	100	88,1	10,8
Maia	24 230	19 656	3 772	26 112	21 122	4 288
%	100	81,1	15,6	100	80,9	16,4
Matosinhos	33 914	21 820	11 849	34 884	23 199	11 438
%	100	64,3	34,9	100	66,5	32,8
Valongo	13 811	11 336	2 132	14 763	11 771	28 13
%	100	82,1	15,4	100	79,7	19,1
V.N. de Gaia	84 994	71 618	13 004	85 900	70 030	13 387
%	100	84,3	15,3	100	81,5	15,6
Con. Periféricos	195 200	157 919	35 112	203 477	162 967	36 438
%	100	80,9	18,0	100	80,1	17,9
Porto	191 890	108 392	80 511	202 310	120 120	79 369
%	100	56,4	41,9	100	59,3	39,2
Grande Porto	387 090	266 311	115 623	405 787	283 087	115 807
%	100	68,8	29,8	100	69,6	28,5

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

Quadro 25 - Atracção e repulsão nos concelhos do Grande Porto 1921-1930  
(saldos líquidos)

	Atracção	Repulsão
Gondomar		- 309
Maia		- 1 029
Matosinhos	+ 8 607	
Valongo	+ 75	
V.N. de Gaia	+ 4 326	
Conc. Periféricos	+ 13 008	- 1 338
Porto	+ 20 725	
Grande Porto	+ 33 733	- 1 338

FONTE : ALARCÃO, Alberto de - *Êxodo rural e atracção urbana no Continente*, 1969, quadro13, p. 544

#### 4.4.2 - Características da distribuição dos alojamentos

Analisando o comportamento da evolução dos fogos entre 1911 e 1920<sup>5</sup> (quadro 26), verifica-se que os maiores aumentos se dão nos concelhos de Gondomar e Maia tal

<sup>5</sup> Não existem dados para 1930.

como aconteceu aliás relativamente à população. O concelho de Vila Nova de Gaia perde alojamentos, situação algo estranha, mesmo atendendo que o aumento populacional deste concelho foi diminuto.

A cidade do Porto apresenta um valor superior ao conjunto dos concelhos periféricos.

Quanto à variação dos fogos por freguesias (fig. 21), a maioria das freguesias dos concelhos do Grande Porto apresenta um valor inferior a 15%, destacando-se apenas com valores mais altos, superior a 16% e inferior a 50%, algumas das freguesias periféricas da cidade - Paranhos, Ramalde, Nevogilde e Foz do Douro - bem como nos concelhos periféricos - Ermesinde, S. Pedro da Cova e Guifões.

Quadro 26 - Evolução e Variação do número de fogos entre 1911 e 1920

	Nº de Fogos -1911	Nº de Fogos - 1920	Variação do nº de fogos 1911 - 1920 %
Gondomar	8 323	9 066	8,9
Maia	5 129	5 467	6,6
Matosinhos	7 179	7 510	4,6
Valongo	3 137	3 289	4,9
V.N. de Gaia	18 781	18 724	-0,3
Conc. Periféricos	45 549	43 956	3,3
Porto	42 878	45 385	5,8
Grande Porto	85 427	89 341	4,6

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

Relativamente à mancha construída em 1935 (ver fig.18), continua-se a notar a densificação das construções na área central da cidade a partir da qual irradiam os principais eixos viários ao longo dos quais se constrói.

De uma maneira geral, a mancha construída mantém-se idêntica à do início do século, apenas se desenhando a Oeste um pequeno núcleo junto à rotunda da Boavista.

Esta mesma imagem é-nos descrita por Ezequiel de Campos<sup>6</sup>:

*" A circunferência de um quilómetro de raio envolve o velho burgo do Pôrto, hoje todo apinhado de casas, por onde antigamente havia campos, hortas e laranjais;*

*A de dois a urbanização irradiada pelas vias de acesso, ainda hoje com manchas largas rurais;*

*A de três já uma periferia rural com tratos e núcleos urbanizados;*

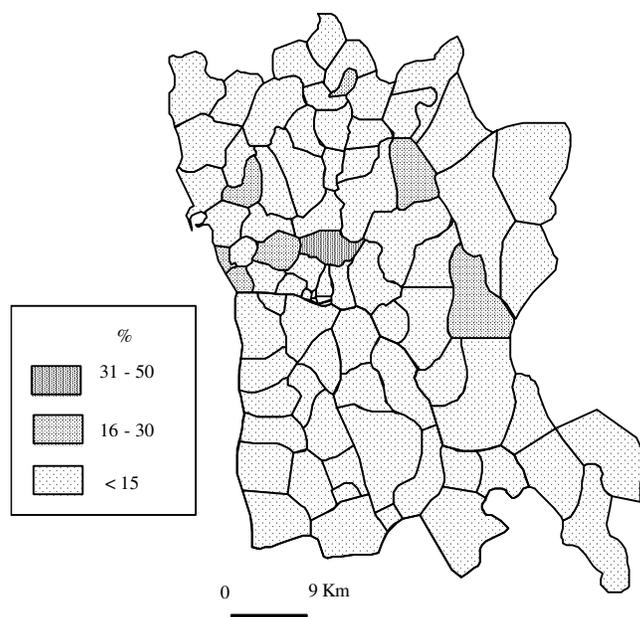
*A de quatro abrange as terras de Lordelo, de Ramalde, de Paranhos e de Campanhã, cheias de campos: - aldeias rurais.*

<sup>6</sup> CAMPOS, Ezequiel de - *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1932.

*Não houve, na expansão do Pôrto, uma arrumação de centros da Cidade, nem grandes linhas directrizes, nem orientações axiais de crescimento (...)*

*O Porto é um agregado de aldeias, mais ou menos densamente povoadas, à volta da aldeia inicial de S. Nicolau (...)*

*Irá acentuar-se a tendência de expansão para Oeste da cidade do Porto: e parece que se deve encaminhar para Ramalde, (...) pela Avenida da Boavista, [esta] mais a sua derivação Avenida do Marechal Gomes da Costa... devem continuar a ser de acesso das actuais áreas de residência que são a Foz e tôda a fita urbanizada desde a Praça Mousinho de Albuquerque até ao Poente do Pinheiro Manso, na direcção do Castelo do Queijo" <sup>7</sup>.*



Fonte: INE: Recenseamentos da População

Fig. 21 - Variação do Número de fogos de 1911 a 1920

Verifica-se, portanto, que não há propriamente um processo de alastramento-densificação do espaço construído, o que está de acordo com o ritmo de evolução da população da cidade referido anteriormente.

Um dos elementos decisivos na forma desta evolução territorial da cidade, foi, como já salientamos atrás, a alteração do sistema de posse e controle colectivo do solo

---

<sup>7</sup> Idem, Ib., p. 20-26.

(os aforamentos), dando origem a um processo sempre progressivo de subdivisão da propriedade, passando esta para a posse da burguesia local.

A transformação dos terrenos agrícolas para urbanos, resultava quase sempre da rectificação e alargamento de caminhos rurais e, por vezes, "*houve mesmo a constituição de sociedades particulares para a exploração da abertura de algumas artérias, como, por exemplo, foi o caso das Avenidas Gomes da Costa e Combatentes, (...) As duas artérias referidas, bem como a Avenida Epitácio Pessoa [hoje Antunes Guimarães], constituem casos típicos de urbanização desarticulada, sem possibilidade de integração no esquema fundamental da rede de comunicações*"<sup>8</sup>.

Quanto às características da habitação no período em análise, continua-se a verificar uma forte concentração de população imigrante nas freguesias centrais da cidade<sup>9</sup>, manifestada na saturação e crescente degradação das habitações aqui existentes. Esta situação, já iniciada no período temporal anterior, não se altera, tal como o Inquérito feito por Azeredo Antas e Manuel Monterroso, entre 1929 e 1933<sup>10</sup>, evidencia.

As *ilhas* continuam a ser ocupadas pelos estratos insolventes. O seu número vai aumentando e, em 1929, existiam 1 301 *ilhas* num total de 14 676 casas<sup>11</sup>.

As *ilhas* não são só características da cidade mas alastram para a periferia:

*"A ilha é o arranjo local característico das habitações da gente menos abastada da Cidade - de Campanhã à Foz; de tôda a beira-rio a quási tôda a estrada da Circunvalação. Invade Matosinhos e Gaia. Alastra-se na periferia do Pôrto"*<sup>12</sup>.

Quanto à residência das classes sociais mais elevadas estas vão fixar-se em algumas áreas que iniciam a sua construção pelos anos trinta: Av. da Boavista, Av. Marechal Gomes da Costa, Av. Epitácio Pessoa (que passou depois a designar-se por Av. Antunes Guimarães), R. do Campo Alegre, R. de Guerra Junqueiro, Soares de Passos e António José da Costa; na Foz Nova - R. de Gondarém, do Molhe, Marechal Saldanha, do Castro, do Padrão e Ribeirinho ; nas Antas - Av. dos Combatentes da

---

<sup>8</sup> RESENDE, Miguel - *A evolução territorial da cidade do Porto e a orientação a seguir para a urbanização das zonas residenciais*. *Civitas*, Porto: Câmara Municipal do Porto. Vol. 2, ano VIII (1952), p. 224.

<sup>9</sup> Veja-se a análise desenvolvida por VÁZQUEZ, Isabel Breda, op. cit. p.135 a 138, relativamente à população natural e não natural para as várias freguesias que constituem a cidade do Porto.

<sup>10</sup> ANTAS, Azeredo; MONTERROSO, Manuel - *A Salubridade Habitacional no Porto (1929-1933)*. Lisboa: Ministério do Interior, Direcção Geral de Saúde - Inspecção de Saúde do Porto, 1934.

<sup>11</sup> Relatório de GARRETT, Almeida, inspector de saúde, realizado em 29 de Outubro de 1929, cit. in ANTAS, Azeredo; MONTERROSO, Manuel, id.ib., p. 17.

<sup>12</sup> Idem, Ib., p.33-34

Grande Guerra, R. do Rovuma, Naulila, Vigorosa, La Couture e Nevala, onde se constrói sobretudo vivendas, em lotes de grande dimensão<sup>13</sup>.

A expansão do espaço urbano continua neste período a ser dominado pelo uso residencial do solo, mantendo-se, os padrões de localização intra-urbana da indústria, dos serviços e comércio. Para estes, consolida-se a deslocação espacial ocorrida no início do século, através da abertura da Av. dos Aliados, na sequência do "Plano de Renovação da Zona Central" de 1915, ao mesmo tempo que se verifica uma disseminação espacial do comércio diário, associado à dispersão das áreas de residência<sup>14</sup>.

#### 4.4.3.- A Intervenção Pública durante a República

Durante a República, com a ascensão da classe média urbana ao poder, ocorreram as primeiras intervenções públicas directas na questão da habitação.

Uma das primeiras medidas foi uma lei de arrendamento a qual introduziu novas condições: (1) pagamento de rendas das casas ao mês; (2) congelamento das rendas de casa, permitindo apenas a sua actualização de dez em dez anos até 10%; (3) condicionamento dos despejos<sup>15</sup> satisfazendo, deste modo, as expectativas das classes médias e baixa urbanas, sua base social de apoio, ao beneficiar os interesses dos inquilinos.

Quanto às iniciativas visando a construção de habitação para as classes populares, elas são muito reduzidas<sup>16</sup>, comparativamente àquilo que se passa em outros países,

---

<sup>13</sup> Estes arruamentos vão desenhar uma malha ortogonal, em que os eixos estruturantes são todos arborizados. Ver OLIVEIRA, J. M. Pereira de - *O espaço Urbano do Porto, Condições Naturais e Desenvolvimento*. p 333 e 334. Ver ainda para o caso da expansão da área da Foz, FERNANDES, José Alberto Rio - *A Foz*. Revista da Faculdade de Letras - Geografia, Porto: FLUP. 1ª série, Vol. III, 1987, p. 13-56.

<sup>14</sup> Ver a este propósito FERNANDES, José Alberto Rio - *Porto cidade e comércio*, op. cit.

<sup>15</sup> Decreto de 12 de Novembro de 1910.

<sup>16</sup> Refira-se que se continua a manifestar ao nível dos técnicos e mesmo dos políticos, o desejo de se extinguir as *ilhas*. Como acontece, no caso do Relatório de Azeredo Antas e Manuel Monterroso, que refere que para melhorar o estado sanitário das *ilhas* era necessário demolir 7 261 habitações, ou ainda, como afirma CAMPOS, Ezequiel de, " Só pelos bairros populares em condições normais e pelo arrasamento obrigatório das *ilhas* se poderá corrigir, como urge, a habitação de uma grande parte da gente do Pôrto. E não deixar construir mais nenhuma", Op. cit., p.34.

como na Inglaterra e em França, resultante da construção das "cidades-jardins"<sup>17</sup> na periferia das principais cidades, caso de Londres e Paris<sup>18</sup>.

Na sequência de legislação então aprovada, com destaque para os Decretos-Leis 4137 de 24/04/1918 e 4163 de 22/06/1918 que tinham como objectivo incentivar a construção pelos privados de habitação de boa qualidade para os trabalhadores, foram desencadeadas algumas acções, destacando-se o caso da construção do Bairro Sidónio Pais (actualmente Bairro da Arrábida), constituído por 35 habitações<sup>19</sup> individuais geminadas 4 a 4, que foi construído em 1918 e cuja construção acabou por ser promovida pela Câmara Municipal dado o desinteresse dos investidores privados.

Outras iniciativas se seguiram durante o período em análise, igualmente promovidas pela Câmara Municipal<sup>20</sup>, com o mesmo objectivo. Foi o caso da construção de quatro colónias operárias, constituídas por moradias individuais (ver supra fig. 17):

- Colónia Antero de Quental, com 28 casas, construída entre 1914 e 1917;
- Colónia Estevão Vasconcelos, com 90 casas e construída entre 1914 e 1917;
- Colónia Dr. Manuel Laranjeira, com 130 casas, construída entre 1916 e 1917<sup>21</sup>;
- Colónia Viterbo Campos, com 64 casas, construída entre 1916 e 1917<sup>22</sup>.

Estas iniciativas perante as necessidades habitacionais da cidade, não têm grande significado continuando uma grande parte da população a viver em péssimas condições de salubridade, como nos é descrito pelo Inquérito às *Ilhas* de Campanhã, Bonfim, Sto Ildefonso e Paranhos de 1927/28<sup>23</sup>, referindo que seria necessário construir-se pelo menos 8 759 casas económicas, não tendo em conta a demolição das *ilhas* existentes.

Na verdade enquanto que em outros países europeus, particularmente em França a partir da Primeira Guerra Mundial, se desencadeia uma construção importante de habitação social - os HLM<sup>24</sup>, os projectos governamentais portugueses não passam de sonhos, como nos descreve Raul Barbosa. " *Eu vi um dia no Ministério do Trabalho o*

---

<sup>17</sup> Criadas por Ebenezer Howard, no início do século.

<sup>18</sup> Entre 1921 e 1939 constroem-se 15 cidades-jardins à volta de Paris (SOULIGNAC, François - *La Banlieue Parisienne*. Paris: La Documentation Française, 1993, p.60-62.)

<sup>19</sup> No Decreto-Lei 4137 estava prevista a construção de 100 habitações.

<sup>20</sup> Refira-se que em 1914 a Câmara Municipal, introduz uma nova rubrica no seu orçamento, intitulada "Construção de habitação operária".

<sup>21</sup> Saliente-se que algumas destas construções foram destruídas, para a construção da via de cintura interna.

<sup>22</sup> Parte destas habitações foram destruídas aquando da construção da ponte da Arrábida.

<sup>23</sup> Referido em, GROS, Marielle C.- *O alojamento Social sob o Fascismo*. p. 76-77, ou ainda em LEMOS, A. Gomes Ferreira de - *Contribuição para o Estudo da Higiene do Porto - Ilhas*, 1914.

<sup>24</sup> "Habitation à Loyer Modéré", que, ganham franca expansão após a Segunda Guerra.

*projecto em relevo desses bairros [decreto de 10-5-1919 do ministro socialista Augusto Dias da Silva] e confesso que fiquei encantado. Tinham um jardim, o seu teatro, o seu campo de jogos, as suas escolas, tudo, enfim, que era necessário para constituir a felicidade dos seus moradores; era o falanstério, era a realização em Portugal, no meu país, do sonho admirável de Fourier"* <sup>25</sup> ... uma realização que não passou de simples maqueta.

Nesta altura verifica-se na cidade um forte controle, por parte dos proprietários fundiários, na transformação da propriedade<sup>26</sup>, dificultando a abertura de novos arruamentos, por parte do município e sua consequente edificação. Gera-se uma grande especulação imobiliária e uma certa segregação social das áreas residenciais novas, evidenciando-se, ainda, o défice habitacional, sobretudo para as classes mais baixas, dada a fraca construção de habitações populares.

Estas circunstâncias vão permitir o acentuar da descentralização residencial em direcção aos concelhos periféricos, onde se vai fixar quer a população que é obrigada a sair da cidade, quer a população de espaços exteriores ao Grande Porto, que na sua maioria trabalham na cidade do Porto, sobretudo na indústria<sup>27</sup>, ou em bacias locais de emprego, como é o caso da indústria de conservas em Matosinhos<sup>28</sup>, indústrias

---

<sup>25</sup> BARBOSA, Raul Tamagnini - *Modalidades e Aspectos do Cooperativismo*, 1930, cit. in GROS, Marielle C. - *O alojamento Social sob o Fascismo*. p.106.

<sup>26</sup> RESENDE, M. refere-se a este facto ao salientar que " [a] simples cedência duma pequena área de terreno para regularização de um caminho, chegou a ser motivo de votos públicos de reconhecimento colectivo!" in - *A evolução territorial da cidade do Porto e a orientação a seguir para a urbanização das zonas residenciais*. *Civitas*. Porto, Vol. 2, ano VIII (1952), p.224.

<sup>27</sup> Refira-se que tanto as empresas industriais como as comerciais, se mantêm concentradas na cidade, ver VÁZQUEZ, Isabel Breda, op. cit. p. 146-151 e José A. Rio Fernandes, op. cit., p. 95-135. Por outro lado, os concelhos periféricos em 1930, apresentam um número de activos empregues na indústria superior ao da cidade do Porto (ver quadros 11, 13, 14 e 17 in VÁZQUEZ, Isabel Breda op. cit., p. 148, 149, 150 e 156).

<sup>28</sup> O que explica a concentração demográfica do eixo Matosinhos-Leça da Palmeira.

extractivas em S. Pedro da Cova<sup>29</sup>, filigranas<sup>30</sup>, madeira e mobiliário, em Gondomar, cerâmica<sup>31</sup> e metalurgia em Vila Nova de Gaia, ou na construção civil<sup>32</sup>.

Esta descentralização da residência e consequente alargamento dos percursos casa-trabalho faz-se, essencialmente, em direcção a algumas freguesias periféricas (fig. 22) - Águas Santas, Rio Tinto, Ermesinde, Sra da Hora, S. Mamede, Matosinhos, Leça, Sta Marinha e Mafamude - que, como vimos atrás, apresentam um maior dinamismo populacional possuindo uma boa acessibilidade relativamente à cidade<sup>33</sup>, na medida em que constituem términos da rede de transportes públicos então existente.

---

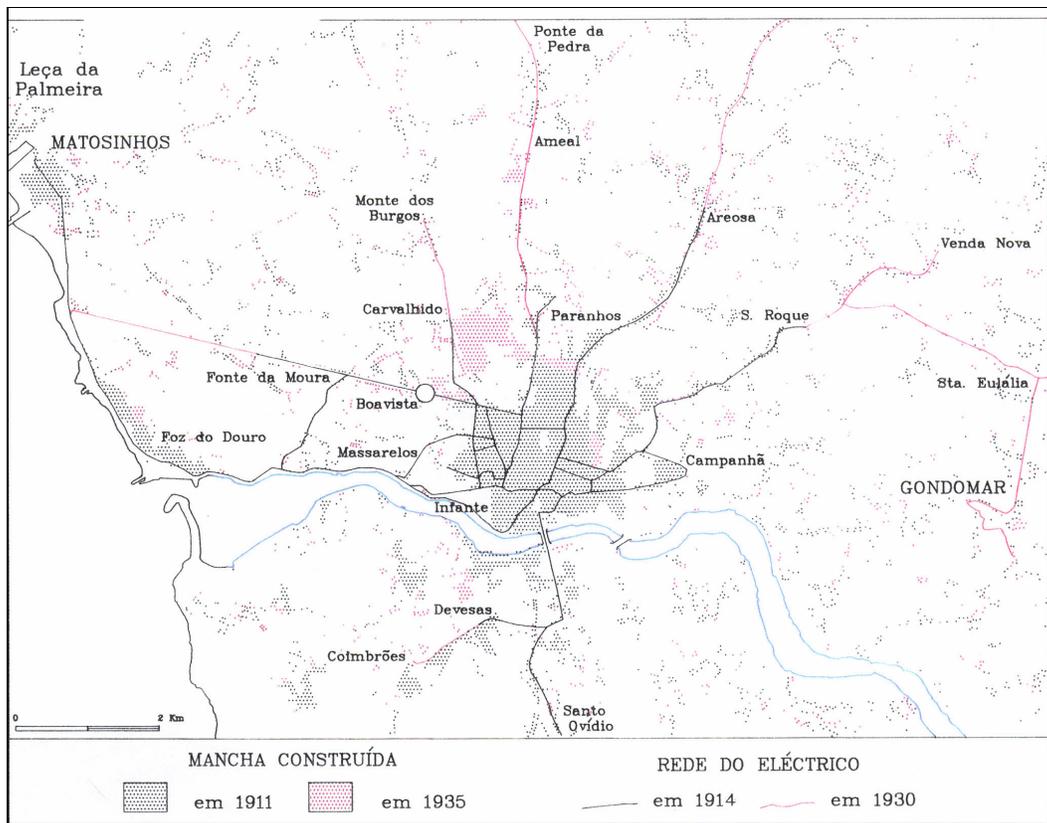
<sup>29</sup> A exploração das minas de carvão iniciou-se em 1802. "Em 1914, a Mina de S. Pedro produziu 25 000 toneladas de antracite, os mineiros eram 393.; em 1932 produziria 183 000 toneladas. Tinha 1462 operários (1029 homens, 138 rapazes, 218 mulheres, 77 raparigas), 182 técnicos (...)." (PACHECO, Hélder - *O Grande Porto*.1986, p. 41)

<sup>30</sup> Com uma longa tradição no concelho de Gondomar, veja-se a descrição feita em PACHECO, Hélder, id.,ib., p.21.

<sup>31</sup> Vila Nova de Gaia apresenta uma longa tradição de olaria. Durante a Idade Média haviam várias oficinas de olaria - as "tendas de Vila Nova"- as quais no séc. XVIII, se organizam em fábricas. A mais antigas são a da *Quinta do Valle de Amores* e a de *Santo António do Valle da Piedade*, de 1784/85 (ver a descrição feita por PACHECO, Helder, id.,ib.,p.251 a 256).

<sup>32</sup> Esta emprega 37% dos activos industriais residentes nos concelhos periféricos (ver quadro 17, p. 156, in VÁZQUEZ, Isabel Breda op. cit). Refira-se que durante este período se realizam algumas obras públicas importantes, como a construção das docas do porto de Leixões e a construção da linha ferroviária de ligação entre Leixões-Campanhã, iniciada em 1915 e terminada em 1938, o que permite explicar o significativo número de activos empregue na construção civil.

<sup>33</sup> Particularmente em relação à mancha centro-nascente, onde se concentram o comércio e a indústria portuense (freguesias de Massarelos, Sto Ildefonso, Cedofeita, Bonfim e Campanhã).



Fonte: PACHECO, Elsa M. Teixeira - *Os transportes colectivos rodoviários no Grande Porto*. Coimbra: FLUC, 1993, fig. 6

Fig. 22 - Rede do eléctrico em 1914 e 1930